

# **Apontamentos sobre uma experiência de articulação entre o ensino de história e a educação patrimonial no Paraná**

*Sandra C. A. Pelegrini\**

## **Resumo**

O presente artigo visa a destacar a relevância da articulação entre o ensino de História e a Educação Patrimonial. Para tanto, se reporta ao projeto de extensão universitária que está sendo desenvolvido nos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi (PR) com o apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI/PR).

**Palavras-chave:** História. Preservação. Ensino Básico.

A relação estabelecida entre o ensino de História, a percepção das memórias coletivas e a Educação Patrimonial tem-se apresentado, na atualidade, como uma das questões basilares no que se refere ao debate sobre o reconhecimento da pluralidade cultural, da emergência de reminiscências que foram soterradas em nome da chamada construção da Identidade Nacional no Brasil.

As Políticas Públicas brasileiras, na esteira do que vem ocorrendo mundialmente, têm exercido papel especial no estreitamento das relações entre a história local, a memória e a salvaguarda de bens culturais de diversas tipologias. A UNESCO, em 1953, já havia lançado o Programa Escolas Associadas (PEA) que, entre os mais amplos objetivos, visava a “melhoria da qualidade da educação”, congregando os principais grupos sociais e as entidades envolvidas com a gestão dos recursos naturais no meio rural, num esforço conjunto pela preservação de bens patrimoniais (PELEGRINI, 2009a). Essas orientações continuam sendo alvo de eventos internacionais devotados a refletir sobre a salvaguarda do patrimônio cultural e natural da humanidade (UNESCO, 1975; 2003).

Passados mais de cinquenta anos, essa demanda continua a existir e a exigir soluções urgentes para os impasses que envolvem as políticas educacionais e preservacionistas visando a de harmonizar as relações entre o homem e o meio, estimular o respeito às culturas, histórias e memórias de homens e mulheres em distintos espaços e temporalidades (PELEGRINI, 2008). Novamente, tomam vulto as pautas que envolvem projetos educacionais e políticas públicas que buscam equacionar o ensino e a preservação, as atividades desenvolvidas nas universidades e aquelas colocadas em prática no ensino básico.

De certa forma, pode-se depreender que o lançamento do “Programa Universidade de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras”, pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI/PR), insere-se nesse contexto. Vale ressaltar que seu objetivo centra-se na execução de:

[...] uma política de extensão específica para as Instituições Públicas Estaduais e Federais de Ensino Superior do Estado do Paraná, priorizando o financiamento de projetos em áreas estratégicas para o desenvolvimento social de populações socialmente vulneráveis, nas periferias das cidades paranaenses e de municípios que apresentem indicadores sociais baseados em Índices de Desenvolvimento Humano Municipal insatisfatórios (SETI - Edital n. 04/2007).

Este programa reúne alguns subprogramas<sup>1</sup>, entre eles o de “Apoio às Licenciaturas”. Nesta modalidade incluiu-se o projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”<sup>2</sup> – objeto de reflexão do presente artigo.

Concebido com o intuito de “fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre a Educação Básica Pública e o Ensino Superior” e promover a “popularização das atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico”, esse projeto busca:

instrumentalizar professores do Ensino Fundamental e Médio com materiais e métodos capazes de valorizar a história local, o patrimônio cultural e ambiental, de modo a fomentar o exercício da cidadania entre a população residente nos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi – Paraná (PELEGRINI; STEINKE, 2008, p.3).

Para tanto, o projeto supracitado partiu do pressuposto de que as experiências coletivas do passado deveriam ser valorizadas mediante a organização de grupos de trabalho voltados ao desenvolvimento de um diálogo qualificado entre a Educação Básica e o Ensino Universitário na área de História. E, além disso, criar materiais didáticos e atividades lúdicas com vistas a estimular os alunos e professores a redescobrirem aspectos pouco debatidos sobre a formação dos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi, localizadas no Estado do Paraná.

Espera-se que a difusão do conhecimento sobre a história das cidades em questão e a valorização dos bens culturais das populações residentes resulte em trocas de experiência entre os participantes do projeto, os professores do Ensino Básico e os munícipes

envolvidos. Nessa direção, projeta-se a realização de entrevistas com os antigos moradores, coletas de depoimentos, fotografias e artefatos sobre o processo de ocupação e crescimento das cidades, e também, informações sobre os saberes de ofício da população residente, manifestações rituais, entre outros temas<sup>3</sup>.

## **A História e a Educação Patrimonial**

O conceito de “Educação Patrimonial” tem se ampliado principalmente no campo do ensino de História e sinalizando para sua importância na formação profissional dos historiadores, sejam eles professores ou pesquisadores. No Brasil, essa preocupação foi contemplada mediante a inclusão de temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais no Ensino Fundamental (PCNs/1998) e por meio da organização de novas grades curriculares das disciplinas dos cursos de graduação – conforme o Parecer do Conselho de Educação Superior (CNE/CES 13/2002). No caso da História foram inseridas novas habilidades na formação dos professores, tais como: “Gestão de políticas de preservação do patrimônio histórico”, “História da Arte” e “Arquivística”<sup>4</sup> (PELEGRINI, 2009).

Em aspectos mais gerais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394) desde 1996, toma como princípios cruciais a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, e ainda zela pelo “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – História (PCNs), a relação entre história local e memória apresenta-se como eixo de atividades capazes de despertar identidades sociais entre os alunos e prepará-los para exercer efetivamente a “cidadania”.

Essa diretriz parece compatível com as proposições do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), uma vez que os consultores têm indicado a importância de promoção da cultura afro-brasileira e dos descendentes das etnias indígenas brasileiras, oferecendo maior visibilidade para a participação deles na história do

país e evidenciando “formas de viver, pensar e agir” singulares (BRASIL, 2004). Contudo, a assimilação de novas acepções e enfoques é bastante lenta (PELEGRINI, 2009).

Por essa razão, a articulação entre os temas abordados nessa disciplina no Ensino Básico e as metodologias da Educação Patrimonial constituiu-se numa das linhas mestras do Projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”. Apostou-se, por um lado, na idéia de que o acesso à história dos embates por meio do contato com os registros dos acontecimentos que precederam a construção da História “oficial” do Estado poderia estimular a produção de outro olhar sobre o conceito de cidadania e das noções de preservação e valorização dos bens culturais que pudessem gerar a reflexão sobre os atuais padrões de inclusão social.

Há que se destacar que a fundamentação teórica do projeto assenta-se em conceitos cruciais para a apreensão do patrimônio, sem negligenciar as interfaces entre a produção do discurso histórico, o conceito de memória e os embates pela preservação de alguns bens em detrimento de outros. Os bens patrimoniais não estão sendo circunscritos aos sentidos das comemorações cívicas nacionais e/ou regionais representadas, por exemplo, através da edificação de monumentos ou do fomento de celebrações públicas oficialmente reconhecidas.

Aliás, torna-se imperioso destacar que a apreensão das interfaces entre a história e a memória deve ser contextualizada no âmbito da própria produção historiográfica. A década de 1970 foi marcada por certo desconforto em relação aos rumos tomados pelo mundo industrializado. Esta situação, por sua vez, suscitou tensões entre os historiadores que se deparavam com sociedades intensamente historicizadas, mas admitiam que o conhecimento histórico não poderia ser tomado apenas como um compêndio de exemplos a serem seguidos ou negados. Para alguns pesquisadores, a dinâmica societária denominada “moderna” ou “de massas” parecia exteriorizar a constante ruptura com o passado, porém para outros

essa sociedade apresentava sinais evidentes de que a necessidade de reverenciar o passado (ou parte dele) assentava-se na expectativa de investigar novas pistas, novas fontes documentais.

Do ponto de vista de Pierre Nora (1993), um dos estudiosos que adquiriu proeminência na década de setenta do século XX e propôs o repensar acerca das relações entre história e memória, tornava-se imperioso admitir que o passado não estava sepultado, portanto, não poderia ser encarado efetivamente como passado (NORA, 1993, p.9 - 12).

Nessa linha interpretativa, o autor argumentava que enquanto a história se firmava como uma “narrativa unificadora”, capaz oferecer visibilidade a determinados fatos, distanciava-se ou até aniquilava “momentos de memória” de distintos sujeitos ou segmentos sociais. E mais, Nora asseverava que a memória, considerada pelos historiadores como portadora de uma aura mitificadora, era vista como algo a ser inevitavelmente criticada e analisada. Assim, afirmava: “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história é o relativo” (NORA, 1993, p.9).

Nora salientava que o discurso histórico tendia a edificar uma “identidade universal” que precisava se sobrepor às “identidades fragmentadas” e dissimulava a predominância de aportes teóricos que favoreciam relações de poder ainda presentes na historiografia, apesar de toda a crítica realizada aos métodos e objetos eleitos pelos historiadores do século XIX. Logo, propunha que se fizesse um arazoado sobre as interfaces entre o presente e o passado. O primeiro seria “o momento preciso onde” sucumbia ou desaparecia “um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (Nora, 1993, p.12)

Talvez, como assinala Márcia da Conceição da Massena Arévalo(2008), Nora estivesse ávido por denunciar que as sociedades modernas, “no limite de sua transformação da memória em história, a eliminou [...] quase por completo” (ARÉVALO, 2008, p.3).

Contudo, faz-se necessário destacar que embora seja fundamental reconhecer outras histórias e memórias que outrora não foram problematizadas pela historiografia, não se pode negligenciar a reflexão crítica acerca do papel da história diante da memória.

É preciso, portanto, perceber que educação patrimonial não é a simples defesa das memórias, identidades e tradições populares – aspecto que iria limitar a proposta de interação como o ensino de história a uma visão simplista. A proposta do projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” assenta-se, justamente, na tentativa de desacralizar mitos que sustentam a “história oficial” na região de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi. Propõe reflexões que visam a provocar: 1) o repensar sobre as conexões existentes entre os contextos históricos destacados no material didático utilizados no Ensino Básico e nos monumentos citadinos; 2) os vínculos ou distanciamentos entre a história e a memória preservada e materializada por meio do patrimônio histórico e cultural.

No Paraná, iniciativas recentes parecem dispostas a equacionar as políticas públicas educacionais e preservacionistas. Embora tardiamente, as autoridades políticas e especialistas detectaram a relevância da implantação de projetos pedagógicos empenhados na inclusão social e nas questões que envolvem a gestão dos bens culturais. Esse parece ser um dos primeiros passos no sentido de pensar as memórias e bens culturais a partir de seus “valores intrínsecos”, da sua “potencialidade criativa”, de seu “sentido de pertença” (PELEGRINI, 2006).

Em outras palavras, a “presentificação” do discurso historiográfico, somado às perspectivas de salvaguarda do patrimônio, tem se mostrado aberto a interações dialéticas com outras áreas do conhecimento (SOUZA, 2001). Nessa direção, têm favorecido a proliferação de estudos e ações que visam a enternecer a sociedade e mobilizá-la a proteger bens culturais que representam experiências históricas de múltiplos segmentos sociais (FERNANDES, 1993; KERSTEN, 2000).

Como bem o lembram os especialistas no tema, a problemática que se coloca é: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado. Quais aspectos do passado foram e serão selecionados para memorização? A cultura material e imaterial representa as experiências vivenciadas por quais segmentos sociais? Ela suscita sentidos de pertencimento entre os cidadãos de uma dada localidade?

As possíveis respostas para essas indagações tornam-se mais complexas no processo educacional, cujo pressuposto é a seletividade. Por esta razão, entende-se que seja válida a análise de metodologias da Educação Patrimonial e o registro de algumas experiências que primam por articular esses dois campos de aprendizagem.

Diante do exposto, cabe esclarecer que o objetivo do projeto supracitado não visa a determinação de conceitos pedagógicos ou a institucionalização de outra área disciplinar, mas sim relacionar patrimônio e ensino de História numa perspectiva teórico-metodológica que se edifica como prática e narrativa historiográfica, e também, por intermédio da abordagem das singularidades da “História Local”.

## **O Ensino de História no Paraná e as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e Fundamental**

Oficialmente, as propostas das Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e Fundamental (Parecer CNE/CEB n.4, 02/01/1998 e Resolução CNE n. 2, 07/04/1998) sugeriam que os sistemas de ensino se articulassem às realidades locais ou regionais. A iniciativa correspondia a uma tentativa de driblar o “centralismo” que caracterizou produção curricular do Ministério da Educação e Cultura, no decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse viés regional das Diretrizes supracitadas para a Educação Básica (DCEEB) fundamentava-se na retomada do Currículo Básico para Escola Pública do Paraná, divulgado em 1990.

Sob o prisma de Luis Fernando Cerri (2008), tal intuito remonta aos anos oitenta do século XX, quando a “paulatina conquista de poder (no caso, dos Estados) pela oposição ao regime militar” impulsiona a “reconstrução democrática da escola e do debate curricular”. O autor salienta que a elaboração das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (DCEEB), “recupera a dimensão pública e coletiva do currículo, bem como busca devolver ao sujeito professor a voz para a definição desses elementos coletivos”, equacionando várias acepções que anunciavam a diversidade – alvo de intensas contendas na atualidade (2008, p.30).

Nas décadas iniciais do século XXI, os debates sobre a necessidade de capacitação dos professores para que pudesse enfrentar esses novos desafios implicaram investidas na esfera da denominada “educação continuada” (PIMENTA, 2002). Contudo, na prática, detecta-se uma grande dificuldade para se estabelecer um diálogo efetivo entre a elaboração dos currículos e a problematização dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Talvez, o maior impasse se circunscreva a conjugar práticas e currículos “sofisticados” instituídos pela retórica governamental como bases “avanzadas” e/ou atualizadas da ação pedagógica (CERRI, 2007, p.31).

A despeito destas questões, o Projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” visa a aproximar a abordagem dos conteúdos da Educação Básica com as realidades dos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi articulando-as a problemas universais, como o da preservação do patrimônio cultural e natural.

Para tanto, parte do pressuposto de que a historiográfica “paranaense” no século XX tendeu a estabelecer articulações com a história do Brasil. Todavia, paradoxalmente, ao reverenciar o “sentimento cívico” também advogaria em prol do regionalismo. O delimitamento dos contornos da territorialidade paranaense em 1853, mediante a sua “separação” ou “independência” da Província de São Paulo (TOLEDO, 2005), motivou alguns segmentos da elite local a lançarem mão de representações do passado para forjar uma pretensa unidade entre os seus habitantes.

A evocação das especificidades do espaço físico (terra fértil, clima ameno) e das virtudes da população paranaense se materializaria na construção de uma dada imagem do Estado e na exaltação pública de tributos aos “heróis” ou “mártires” da história paranaense, homenageados através da edificação de monumentos, nomes de ruas e praças (PELEGRINI, 2008).

Sem dúvida, o conhecimento histórico e o patrimônio foram determinantes na configuração do ensino de História do Brasil, edificado sobre a “monumentalidade” e os “grandes feitos” dos segmentos dominantes. No caso do Paraná não foi diferente. Dessa maneira, foi legitimado um saber histórico que privilegiou as versões da história que enaltecem os atos das autoridades políticas e das elites locais que viveram entre os séculos XIX e início do XX.

Cumprir destacar que as políticas públicas preservacionistas no Paraná seguiram os ditames da política nacional de tombamentos, ou seja, a sacralização dos bens culturais representativos do ponto de vista da história nacional republicana em escala regional. Um exemplo a ser lembrado, sem dúvida diz respeito ao “Cercos da Lapa”<sup>6</sup>, transformado em um episódio excepcional permeando símbolos representativos no âmbito local, regional e nacional.

O recente tombamento do núcleo histórico de Castro também seguiu preceitos similares aos que informaram os critérios para reconhecimento dos bens patrimoniais da Lapa, Morretes, Antonina, entre outros. A valorização dos vestígios de determinados ciclos econômicos e da arquitetura imigrante ou eclética presentes nestes centros históricos (KERSTEN, 2000, p.164), por exemplo, concorre para a elucidação das bases referenciais dos rituais de tombamento no Paraná.

O desvendamento de tais escolhas evidencia a importância da associação entre a Educação Patrimonial e o Ensino de História na atualidade, pois ela pode contribuir para a descoberta de outras versões da história não expressas apenas nos monumentos reconhecidos pela historiografia e resguardados como ícones da “memória histórica”. Ela pode contribuir para a valoração da diversidade e a

pontuar as mudanças culturais, sociais e ambientais que têm se processado com o passar dos tempos, sem dissimular os conflitos de interesses de distintos grupos ou segmentos societários.

No caso do Paraná, assim como em outros estados da União, a historiografia utilizada como referência nos livros didáticos, não raro, continua reproduzindo a história das elites e a dimensão cronológica dos acontecimentos manifestos por meio da preservação da cultura material.

Mas, se as identidades culturais podem ser reavivadas por meio da preservação do patrimônio, o seu estudo implica trazer a tona indagações sobre as relações entre a história nacional e a história local/regional. Ora, há que pesquisar outras possibilidades de estudo das memórias que não foram privilegiadas pelos especialistas mais “conservadores”! A construção de uma “identidade paranaense” revela estreita ligação com o processo histórico e a bibliografia que se ocupou de eleger símbolos e signos formadores do imaginário social paranaense em fins do século XIX e início do XX. Logo, torna-se imperioso refletir sobre os fundamentos que embasam a historiográfica que ainda encontra extensa aceitação na atualidade<sup>7</sup>.

Assim, a concepção do projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” parte da hipótese de que a junção sistemática entre os fundamentos de diversas áreas e metodologias permite a problematização da história social e dos sujeitos, pensados em sua pluralidade. E poderá contribuir para a formulação de políticas municipais implementadas com o objetivo de salvaguardar a cultura material e imaterial da população residente, seus saberes e tradições, além de valorizar os bens ambientais locais, tal como vem sugerindo os gestores do patrimônio no Brasil como, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Cultura (MinC).

Por essa via, espera-se que o trabalho que está sendo desenvolvido (em Bom Sucesso, Cambira e Marumbi) concorra para consolidar inter-relações entre o meio e a sociedade. Mas, está apostando

principalmente no contato dos professores e de seus alunos com a pesquisa empírica que visa a descobrir as potencialidades dos bens culturais e naturais existentes nos municípios em questão. A ampliação do alcance do projeto busca, em última instância, reconstituir as experiências sociais que foram silenciadas sob os ditames do crescimento urbano e auxiliar a redescoberta de raízes culturais e étnicas dos habitantes nessas regiões.

Como sugere Horta (1999), as experiências empíricas têm mostrado a pertinência da aplicação de quatro etapas no desenvolvimento de projetos junto às comunidades, são elas: a observação, o registro, o exame e a apropriação. Convém lembrar que a primeira etapa visa a identificar o objeto, sua função e significado (PELEGRINI, 2009). Em síntese, para que a Educação Patrimonial, associada ao ensino de História, se concretize, torna-se imperioso que se expanda a visão de que os bens culturais se limitam aos núcleos históricos, aos vestígios arqueológicos ou aos antigos objetos em desuso. Todas as cidades são históricas! Há que se superar os discursos pautados pela valorização da cultura material (monumentos, conjuntos arquitetônicos, obras de arte) e difundir a idéia de que os bens patrimoniais congregam nossas experiências vividas e condensadas em formas de linguagem diversificadas (CANCLINI, 2001; PELEGRINI & FUNARI, 2008). O reconhecimento e salvaguarda do patrimônio devem levar em consideração o significado e as relações que estabelecem com as memórias das comunidades envolvidas e perceber de que modo o sentido de pertença se expressa em tradições, nas maneiras de usufruir dos bens e dos espaços físicos (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

A Educação Patrimonial pode resultar em uma ação educativa e social que possibilite a integração de diversos conhecimentos e, em última instância, evidencie que os estudos sobre os significados do patrimônio representam uma interpretação múltipla dos sentidos do passado (HORTA, 1999). É nessa direção que está sendo conduzido o projeto supracitado, aplicado nos Municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi.

A adoção de princípios metodológicos desta natureza explicita que os profissionais dessa área devem estar atentos para não serem tragados pela “poética material”. E, se é correto afirmar que cada nova geração relê e refaz seu patrimônio cultural de acordo com seus referenciais socioculturais, é valoroso salientar que o processo de ensino e de aprendizagem da História deve estar atento às novas tendências e em consonância com pesquisas atualizadas.

O repensar sobre conceitos cristalizados pode fazer emergir reflexões sobre a historicidade local e o patrimônio cultural numa perspectiva problematizadora da história “oficiais”, sacralizada pelos cânones da historiografia. Le Goff (1996) foi enfático quando asseverou que a “memória histórica” constitui um instrumento perspicaz de dominação e imposição de poderes. Nessa linha de argumentação, detecta-se que a apropriação dos bens culturais por parte de determinada comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação do patrimônio e de salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais (PELEGRINI, 2007 e 2009).

## **Desafios a serem enfrentados**

As representações de patrimônio consolidadas na historiografia paranaense instituíram um modo de conceber a localidade e o ensino de História no estado. Talvez, estas formas de reconhecer os ícones da história no Paraná expliquem a relativa importância atribuída ao estudo do processo de formação e ocupação dos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi, onde o projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” está sendo desenvolvido. Inicialmente sabia-se somente que esses municípios se localizam na região norte do Estado, cerca de 380 km da capital, Curitiba. As principais atividades que alimentam a economia nessas localidades centram-se na agricultura, ou seja, no cultivo de soja, milho, trigo e café. Em outras palavras, pouco se investigou acerca do processo de ocupação, de transformação das cidades e das condições de vida e trabalho nesses municípios, pois a

historiografia tradicional privilegiou o estudo das “cidades mais expressivas” do Estado.

Há que se reconhecer o esforço da Secretaria de Estado da Cultura que publicou “Cadernos Paraná da Gente”<sup>8</sup> e se enaltecer as diretrizes do “Programa Universidade de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras”, coordenado pela Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Todavia, ainda há muito a se pesquisar sobre as questões supracitadas.

O equacionamento de reflexões que possam observar criticamente as percepções da história oficial, da denominada “memória histórica” e /ou da “memória-monumento” constitui fundamentos basilares do projeto “História Local: Educação Patrimonial e exercício da cidadania”, cujo enfoque tem se voltado para o desenvolvimento de mini-cursos, oficinas, atividades lúdicas, entrevistas e vivências com as comunidades. Ele pleiteia reunir subsídios para, junto com os interessados, criar instrumentos, materiais e métodos que incentivem professores a estimular os alunos e suas respectivas famílias a “redescobrirem” costumes, rituais, tradições e bens que fazem sentido para eles. Canções, beberagens, celebrações, objetos, lugares e monumentos que do ponto de vista deles mereçam ser valorizados como bens a serem transmitidos às próximas gerações.

Os efeitos multiplicadores das proposições desse trabalho envolvem desde a abordagem de temas atuais como a questão da responsabilidade de cada cidadão no que tange ao aquecimento global até a organização de gincanas e jogos, criação de maquetes que oferecem visibilidade aos espaços da cidade, a retomada de brincadeiras que possam interessar diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Ambiciona-se atingir um circuito mais amplo de pessoas e encontrar apoio entre os líderes comunitários, familiares dos alunos, entre outras redes de sociabilidades.

Neste projeto, as tendências pertinentes às políticas públicas educacionais estão sendo consideradas. No entanto, como bem o lembra Meneses (1999), uma questão tem-se mostrado essencial: busca-se chamar a atenção das comunidades para a relevância dos

temas tratados e “convencê-las” de que todos têm o direito de participar da vida social e deliberar sobre os suportes político-culturais que informarão as gerações futuras.

Evidentemente que essa “redefinição” de práticas escolares, bem como o exercício da cidadania, deve ser processada não somente ao longo do desenvolvimento desse projeto, nem tampouco se inscrever aos rígidos preceitos dos planejamentos pedagógicos – alvo de interesse de profissionais ligados ao ensino e a salvaguarda, mas mediar práticas e as representações discursivas, bem como a troca de experiências mútuas que possam gerar frutos positivos e até inesperados – como vem ocorrendo. Os alunos e professores demonstram interesse significativo por bens culturais antes ignorados – aspecto que se deve ao fato de o ensino de história, articulado aos conceitos de patrimônio, contribuir para evidenciar diferenças sócio-culturais, e ainda, a necessidade de interagir com uma intrincada rede de representações simbólicas do poder local.

A relevância do desenvolvimento do projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” se justifica pela tentativa de aproximar os acadêmicos e docentes da Universidade Estadual de Maringá das comunidades locais com o propósito de contribuir para melhorar as relações de ensino e aprendizagem no Ensino Básico. A perspectiva de experimentar exercícios pedagógicos que não se limitem aos livros didáticos e possam incentivar professores e alunos a observarem aspectos do cotidiano que remetam à história de ocupação da região e fundação das cidades em questão, está sendo valiosa para o despertar da consciência da preservação.

Ademais, a superação de certas desconfianças relativas à abordagem da história local e regional, e ainda, a ampliação dos veículos e formas de comunicação capazes de promover a consciência da preservação constitui desafios cotidianos. Contudo, tem-se clareza de que o êxito de um projeto como este não pode prescindir do apoio das comunidades e do compromisso das autoridades políticas investirem em políticas de gestão do patrimônio e de manejo em

áreas de preservação ambiental. Há que se socializar informações e difundir a percepção de que o patrimônio é social e historicamente produzido, esclarecendo que a preservação não se traduz em “atraso” ou “impedimento” ao crescimento econômico. Muito pelo contrário, a valorização dos bens culturais das antigas gerações tende a revigorar o sentido de pertença de indivíduos ou grupos.

### **Considerações finais**

O projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”, embora se encontre em desenvolvimento, contudo já aponta que não são poucos os impasses a serem enfrentados quando se procura equacionar o Ensino de História e a Educação Patrimonial. A avaliação preliminar das atividades que vem sendo desenvolvidas em Bom Sucesso, Cambira e Marumbi indicam a viabilidade do desenvolvimento de atividades que dinamizam o aprendizado da história e despertam a curiosidade sobre o patrimônio cultural local. A consciência da preservação dos bens socialmente produzidos vem contribuindo para percepção dos alunos e professores como cidadãos e agentes multiplicadores de ações pró-ativas em relação aos cuidados com o meio ambiente e a proteção de bens culturais antes ignorados em sua essência.

Os resultados positivos alcançados nessa fase inicial também se devem às dimensões que a temática do patrimônio vem atingindo na mídia e ao interesse que professores e alunos têm demonstrado quando percebem que é possível desacralizar conceitos perpetuados pelos poderes instituídos e por uma dada leitura do passado.

O emprego ordenado e duradouro dos métodos da Educação Patrimonial no Ensino de História concorre para um aprofundamento sobre processo de construção identitária e possibilita o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo e plural da história, das experiências vividas por distintos segmentos sociais e das políticas de preservação adotadas no Paraná. Requer, enfim, pensar a configuração de um campo disciplinar aberto

a inúmeras possibilidades que envolvem a produção do sentido histórico no presente e no futuro.

Em síntese, o projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” vem apontando aspectos positivos da popularização do conhecimento produzido nas instituições de ensino superior, em especial, da aproximação da comunidade universitária dos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi. Ademais, tem gerado trocas de experiências singulares que só vem a reforçar que os alunos não são receptáculos de saber. Eles são indivíduos capazes de partilhar emoções, fazer escolhas e perceber criticamente a realidade na qual estão inseridos. Espera-se em breve levar a público resultados pontuais sobre esse trabalho.

## Notas

\* Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá; pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP; coordenadora do Centro de Estudos das Artes e do Patrimônio Cultural (CEAPAC) e do Projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”. E-mail: sandrapelegrini@yahoo.com.br .

<sup>1</sup> O Programa Universidade sem Fronteiras apoiou também modalidades como: Incubadora dos Direitos Sociais, Apoio aos Núcleos da Infância e da Juventude, e Diálogos Culturais; Apoio à Agricultura Familiar; Apoio à Produção Agroecológica Familiar; Apoio à Pecuária Leiteira; e Extensão Tecnológica Empresarial (EDITAL n.4-2007, p.1).

<sup>2</sup> O projeto foi brindado com R\$ 102.669,00, utilizados na compra de equipamentos e recursos destinados a três bolsas de orientação, cinco bolsas de estudos para acadêmicos e uma para recém formados. Cf. Dotação 4501.12364022.183 do Orçamento da SETI e da Dotação 4560.19571022.429 do Fundo Paraná.

<sup>3</sup> Inicialmente foram organizados cursos de extensão, palestras e oficinas para os professores do Ensino Médio e Fundamental que atuam nas séries iniciais (1ª. a 4ª) do Ensino Básico e na disciplina de História no Ensino Fundamental e Médio visando a formação continuada de profissionais da Rede Pública Estadual e Municipal. Na atual fase do projeto, busca-se maior contato com os alunos e as comunidades as quais pertencem.

<sup>4</sup> Cf. Resolução do Conselho Nacional de Educação, publicada no Diário Oficial da União (CES 492/2001).

<sup>5</sup> Agradeço a Dra. Maria Aparecida Leopoldino T. Toledo (UEM), Ms. Rosana Steinke (UEM) e Geni Rosa Duarte (UNIOESTE) pelas significativas sugestões a respeito do ensino de história local e do ensino de história no Paraná.

<sup>6</sup> Este “acontecimento histórico” foi transformado em algo memorável, pois o núcleo urbanístico e arquitetônico da Lapa tende a eternizar imagens dos confrontos por meio de instrumentos bélicos (canhões) expostos em espaços públicos e também pela atribuição dos nomes dos combatentes as praças, ruas. O “episódio” teria selado os destinos da “resistência” e a atuação dos combatentes que possibilitou o tempo necessário para a “vitória da república então conquistada” (KERSTEN, 2000).

<sup>7</sup> Cabe lembrar que várias teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação vêm retomando o debate sobre os paradigmas da historiografia paranaense, desde as décadas finais do século XX.

<sup>8</sup> Esses “Cadernos” foram publicados a partir de 2004 e reúnem concisas referências aos pratos típicos, festas e lendas existentes em diferentes regiões ou cidades do estado do Paraná.

## Referências

ARÉVALO. Márcia da Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. In: **Revista História Hoje**. Disponível em site: <http://www.anpuh.uepg.br/historiahoje/vol13n17.htm> . Acesso em dez./2008

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em curso de nível superior**. Brasília: MEC, 2000.

**Cadernos do CEOM** – Educação Patrimonial e Fontes Históricas, ano. 14, n. 12. Chapecó: Argos, 2000.

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos**. Conflitos Multiculturais da globalização. Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1994.

CARNEIRO JR., Renato Augusto (etalli). **Pratos típicos paranaenses**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2004 (Série Cadernos Paraná da Gente, n. 1).

CERRI, Luis Fernando. Construção curricular como educação de professores – O caso das Diretrizes Curriculares Estaduais de História no Paraná. In: \_\_\_\_\_ **Ensino de história e Educação: olhares em convergência**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e Fundamental (Parecer CNE/CEB n.4, 02/01/1998 e Resolução CNE n.2, 07/04/1998).

FERNANDES, J. R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de História** 13 (25/26), 265-276. 1993.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio**. São Paulo: Editora Zahar, 2006.

HORTA, Maria L. P. (et alli) **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN -Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais**. Ministério da Educação e Cultura, 1976.

KERSTEN M. S. A. **Os rituais do Tombamento e a escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938 - 1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.  
LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezzera de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões sobre um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Editora da PUC/São Paulo, n.10, 1993.

PELEGRINI, Sandra. C. A. World Heritage Sites: Types and Laws. PEARSALL, Deborah M (ed.). **Encyclopaedia of Archaeology**. Oxford: Elsevier Ltd, 2007. (MS number 323).

\_\_\_\_\_. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **Revista História**, vol. 27, n. 2, p.1-20, 2008.

\_\_\_\_\_. Cultura e Natureza: Os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, 2006.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória** - Revista Eletrônica CEDAP, vol. 2, n. 2, p. 1-24, Assis- São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

\_\_\_\_\_. **História Local**: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Curitiba: SETI, 2008.

\_\_\_\_\_. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. **Esboços** (Dossiê História, arte e imagem). Florianópolis: Revista do Programa de Pós-Graduação, 2008a.

PELEGRINI, Sandra C. A. e FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez,

SOUZA, Maria Aparecida de O. A Utilização da Metodologia de Educação Patrimonial nas Séries Iniciais: monumentos e alfabetização. In. - **I Encontro Sul-Brasileiro de Educação Patrimonial**: Educação, Preservação e Desenvolvimento. Tubarão, Santa Catarina, 2001.

SETI, Edital n.4/2007 - **Programa Universidade de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras**, Curitiba: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, 2008.

TOLEDO. Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **Disciplina de História no Paraná**: os compêndios de História e a História ensinada (1876-1905). Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós Gradua-dos em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2005.

\_\_\_\_\_. **A história ensinada sob o império da memória**: questões de história da disciplina. História. UNESP, vol.23, n. especial, p.13-32, 2004.

UNESCO, Convenção do Patrimônio (1972). Disponível em site: <http://www.unesco.org>. Acesso em jul./2003.

\_\_\_\_\_. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (2003). Disponível em site: <http://www.unesco.org>. Acesso em jan./2005.

## **Abstract**

The present article seeks to detach the importance of the articulation between the teaching of History and the Patrimonial Education. For this, it marks the experiences of the project “Local History: the Patrimonial Education and the Exercise of the Citizenship”, which is being developed in the cities Bom Sucesso, Cambira and Marumbi, in Parana, with support of the Clerkship of State of the Science, Technology and College (SETI/PR).

**keywords:** History. Preservation. Basic Teaching.